



Indignação com a Corte Penal Internacional

(Stephen Daisley, Spectator/R.U., 23.11; Editorial, Wall Street Journal, 25.11; Dan Perry, Newsweek, 27.11)

A CPI acusa o Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu, cujo país está enfrentando em múltiplas frentes uma guerra contra inimigos que juraram a sua destruição, de estar usando “a fome como método de guerra”, “assassinatos, perseguições e outras ações desumanas” e “atacando intencionalmente a população civil”. São copiosas as provas em contrário: 1.1 milhão de toneladas de ajuda humanitária, sendo 79% em comida, foi transferida para Gaza desde o 7 de outubro de 2023 sob supervisão israelense.

É um ato de crueldade e sadismo inverter a verdade e acusar Israel dos crimes cometidos pelos palestinos contra os seus cidadãos. A acusação de visar intencionalmente os civis de Gaza é simplesmente uma mentira, porque Israel os informa antecipadamente dos ataques para permitir-lhes abandonar as áreas de risco.

Como a CPI atribuiu a Israel o crime de “genocídio”, foi contestada por Alice Wairimu Nderitu, Assessora Especial para a Prevenção do Genocídio da ONU: “a guerra com o Hamas não é genocídio porque, de acordo com a Convenção de 09.12.1948, a caracterização do crime exige “atos cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, o que foi o caso do Holocausto, do assassinato dos Tutsis pelos Hutus em Ruanda e o dos bósnios muçulmanos pelo sérvios, mas não é o caso de Israel em Gaza”. A Assessora Especial foi demitida da ONU porque seu contrato não foi renovado.

Com efeito, essa definição exige a “intenção”, justamente para distinguir o genocídio das mortes de civis causadas inevitavelmente em todas as guerras.

Segundo o analista Dan Perry, “a CPI mergulhou numa crise que ela própria provocou com o indiciamento dos israelenses. É uma lição sobre os perigos da desonestidade e de exceder sua jurisdição. As acusações expõem a Corte a acusações de justiça seletiva e ingenuidade perigosa sobre as realidades das guerras assimétricas”.

A CPI prossegue Perry, ignora a estratégia do Hamas de instalar sua infraestrutura militar em áreas civis, sabendo perfeitamente que a resposta ao massacre de 7 de outubro resultaria em baixas civis e condenações internacionais simplistas.

Quando a CPI abriu uma investigação contra os EUA em 2020 por causa da guerra no Afeganistão, o presidente Trump manifestou que o país não ratificou do Tratado



de Roma e não era parte da Corte, nem submetido a sua jurisdição (exatamente o caso de Israel), assinando um decreto bloqueando os bens de todas as pessoas envolvidas com a Corte, proibindo a entrada nos Estados Unidos dos membros da CPI e seus familiares imediatos, além de sanções adicionais contra o promotor da Corte e outros altos funcionários.

A Corte anulou a investigação e esse precedente deveria ser considerado pelo próximo governo americano e por outras democracias ocidentais, que podem ter a necessidade de recorrer à força militar para enfrentar ameaças terroristas ou convencionais provocadas por regimes hostis.

(Nota da Redação: A CPI tem vínculos com as Nações Unidas e seus juízes são indicados pelos países membros da Assembleia-Geral da ONU (AGNU), cuja animosidade contra Israel (em foros multilaterais, mas não necessariamente nas relações bilaterais) é generalizada. Pode presumir-se que, se os magistrados não refletirem a posição de seus países na ONU, dificilmente seriam considerados novamente para esse ou outros cargos.

Para iniciar o processo contra Israel, que não é signatário do Tratado de Roma, a CPI recorreu ao artifício de considerar Gaza parte de um “Estado Palestino”, o qual pode aderir ao Tratado apenas porque a AGNU assim o decidiu – um “estado” com dois governos e sem fronteiras reconhecidas.

Na ONU e suas afiliadas algumas Resoluções são aprovadas e cumpridas e outras não, ou só parcialmente, dependendo dos países e interesses políticos, econômicos ou militares envolvidos, como é o caso das sanções que não são aplicadas à Rússia, que iniciou uma guerra de conquista territorial, ao Irã que arma e financia terrorismo e guerras no Oriente-Médio, ou ao Hezbolá que, desobedecendo a uma Resolução do Conselho de Segurança, não se desarmou e ocupou uma área na fronteira de Israel enquanto um contingente de dez mil homens da ONU (UNIFIL) - criado expressamente para evitar isso - até colaborou com suas atividades).

Uma crítica islâmica ao Hamas

(Rushdi Abualouf, correspondente da BBC em Gaza, 08.11; Ali Sawafta, Reuters, 17.09; Centro Palestino de Pesquisa de Política e Opinião, 09.24)

O mais importante acadêmico religioso (“mufti”) de Gaza, Salman al-Dayah, antigo diretor da Faculdade de Sharia e Direito da Universidade Islâmica de Gaza, emitiu uma “fatwa” (pronunciamento legal) de seis páginas criticando a decisão do Hamas de iniciar a guerra contra Israel. No meio muçulmano, além dos clérigos, um grande estudioso das leis muçulmanas (shariah) pode emitir essas instruções ou pareceres, que não são de cumprimento obrigatório mas influenciam a opinião e o comportamento dos crentes e até dos governos muçulmanos.



Essa fatwa acusa o Hamas de “violar os princípios que governam a jihad (guerra santa): “Se os fundamentos, as causas ou as condições da jihad não são atendidas, ela deve ser evitada para que não ocorra a destruição de vidas (muçulmanas)...de modo que o ataque não deve ter sido realizado...O Hamas falhou em suas obrigações de manter os combatentes longe das moradias dos civis (palestinos) indefesos, providenciando, tanto quanto possível, segurança, condições econômicas, saúde, educação e suprimentos para eles”.

O documento destaca que o Corão e a Sunah (relatos da vida de Maomé e seus primeiros sucessores) estabelecem regras para a condução da guerra santa, inclusive a necessidade de evitar que um ataque provoque respostas excessivas do inimigo em comparação com os benefícios da ação: “A vida humana (dos muçulmanos) é mais preciosa para Alá do que (uma conquista como a de) Meca”.

(N. da R.: A iniciativa de al-Dayah coincide com uma certa redução do apoio da população de Gaza ao ataque do Hamas, senão possivelmente não teria sido tomada.

Segundo a mais recente pesquisa de opinião (de número 93), realizada em inícios de setembro pelo Centro Palestino de Pesquisa de Política e Opinião (PSR), sediado em Ramalá, 57 % dos habitantes de Gaza acharam a decisão do ataque incorreta e 39% correta e o atual apoio ao governo do Hamas é de 35%. Enquanto isso, 89% dos entrevistados acreditam que o Hamas não cometeu as atrocidades contra Israel (apesar de filmadas em 7 de outubro e mostradas em Gaza) e só 8% acreditam que ocorreram. A maioria da população (65%) acredita na vitória do Hamas e 25% na de Israel.

O que a fatwa de al-Dayah e as pesquisas de opinião revelam é que o ódio a Israel e aos judeus é uma constante, assim como o apoio à liquidação física do Estado judeu e seus habitantes, havendo divergências apenas quanto à metodologia adotada, especialmente quando ela fracassa e resulta em decisiva reação israelense.

A ocupação israelense da Margem Ocidental (que não existe em Gaza desde 2006), seria uma causa compreensível para o antagonismo e o recurso à violência, mas a impossibilidade palestina de aceitar uma solução negociada para o conflito ao longo das décadas tem relação com o fanatismo religioso e não apenas o nacionalismo, assim como o papel nefasto da oposição do mundo árabe à criação de Israel, com a URSS durante a Guerra Fria e o papel do Irã, na sua busca de domínio ou hegemonia sobre o mundo árabe. Ademais, há que considerar o próprio interesse dos líderes palestinos, tanto de Ramalá como de Gaza, para os quais a paz com Israel implicaria a perda da principal justificativa para a permanência dos seus regimes ditatoriais.



Uma constante nesse processo é que os israelenses representam o Ocidente, visto como ameaça por lideranças políticas e clericais palestinas, assim como por segmentos mais conservadores da sociedade, porque o Estado judeu oferece um sistema de valores alternativo, uma visão de conforto material, de democracia e liberdade individual que contrastam com a realidade e as narrativas constantemente pregadas e impostas nos territórios palestinos (e em países árabes e muçulmanos) por meio da educação, pregação religiosa e propaganda política, além da repressão estatal.

Quando recorrem ao terrorismo e à guerra contra Israel e sofrem as consequências, a lição não é internalizada, ou só muito parcialmente, como mostram as pesquisas, porque nesse caso tem predominado o discurso da autopiedade, da vitimização, que preserva a hostilidade e o sentimento de vingança, encorajando a formação continuada de gerações de islâmicos fundamentalistas).

Os “cavalos” como imagem na política do mundo árabe

(Dan Diker, 03.11, JCPA.Org)

No século 14, o historiador árabe Ibn Khaldoun escreveu que a história é um ciclo de violência no qual “cavalos fortes” substituem os “cavalos fracos”. Osama bin Laden retomou essa imagem numa entrevista em 2001: “Quando a sociedade vê um cavalo forte e um fraco, instintivamente adere ao cavalo forte”.

Em um livro de 2010, o analista do Oriente Médio Lee Smith lembrou essa referência aos cavalos, familiar no mundo árabe: “A citação de Bin Laden não se limita a uma franja extremista, mas representa uma norma social e política...exercer o poder pela violência está no centro da política, da sociedade e da cultura do Oriente Médio”

O conflito palestino-israelense é apenas um episódio das permanentes lutas pelo poder na região. Após o massacre de 7 de outubro, Israel, por necessidade, tornou-se um cavalo forte no Oriente Médio no seu combate contra o regime iraniano e seus agentes, os atuais “cavalos fracos” do Hamas, Hezbolá, Houthis e as milícias da Síria e do Iraque.

O mundo árabe assistiu à eliminação, pelas Forças de Defesa de Israel, de boa parte da estrutura de comando do Hamas e do Hezbolá, a detonação de muitas de suas armas e munições, a neutralização da defesa antiaérea do Irã e o domínio de seu espaço aéreo com ataques a 20 alvos em diferentes partes desse país.

O status de “cavalo forte” de Israel é a chave para assegurar a paz e a moderação no Oriente Médio, o que tem sido ignorado no Ocidente. Ao contrariar o governo Biden em algumas de suas decisões militares em Gaza (como ao atacar Rafah, assumir o controle da fronteira de Gaza com o Egito e retaliar o ataque do Irã), Israel



reforçou a sua imagem de potencial aliado e de temível adversário junto aos seus vizinhos na região.

A vitória contra o terrorismo radical islâmico não pode ser alcançada com os princípios e métodos das democracias ocidentais, tais como fazer certas concessões, cessar fogo, diplomacia e cessões territoriais. No Oriente Médio, concessões sinalizam fraqueza, cessar fogo é só uma interrupção de hostilidades para rearmar-se e ceder território é o destino dos derrotados.

Quando Israel se retirou unilateralmente do sul do Líbano no ano 2000, o líder do Hezbolá, Hassan Nasrallah, referiu-se a Israel como “mais fraco do que uma teia de aranha”. O palestino Arafat declarou que a “resistência” (isto é, o terrorismo) era a arma eficaz contra Israel. A retirada unilateral de Gaza em 2005 levou a 5 guerras iniciadas pelo Hamas, culminando com o massacre de 7 de outubro.

Depois disso, Israel aprendeu a lição do “cavalo forte” num Oriente Médio caótico, instável e ameaçador, para a qual, pelo menos por enquanto, não existe alternativa.

(N. da R.: Israel vive, desde sempre, com a disjuntiva de ter de defender-se de inimigos implacáveis enquanto preserva, na medida do possível, a vida de civis utilizados como escudos nas agressões. Para limitar os confrontos armados, como sustenta o artigo de Dan Diker, é importante a dissuasão, isto é, projetar a imagem de sua força e determinação para que os possíveis agressores desistam de seus intentos.

Entretanto, diversamente de países com governos agindo racionalmente, os movimentos terroristas via de regra não se deixam dissuadir pelo maior poder do adversário. Não fosse assim, o Hamas não invadido Israel em 7 de outubro de 2023, depois de provocar 5 conflitos desde 2006.

Se não há uma resposta simples para esse conflito complexo e praticamente secular, resta combinar a dissuasão militar com uma disposição permanente para aproveitar oportunidades que permitam conciliar interesses e negociar soluções de compromisso. Os acordos de paz com os governos do Egito e da Jordânia, assim como os Acordos de Abraão com países que, durante décadas, também foram hostis a Israel, alimentam essa esperança, ainda que o caminho seja longo e suas populações levem mais de uma geração para desintoxicar-se das pregações de ódio que as acompanham desde a infância).